

ESCOLA DE APLICAÇÃO DA PARAÍBA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL A PARTIR DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

PARAÍBA APPLICATION SCHOOL: CONSTRUCTION OF INSTITUTIONAL IDENTITY IN BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY

Thayana Priscila Domingos da Silva ¹
Charlton José dos Santos Machado ²

Resumo: Este artigo teve como objetivo geral investigar os rumos que configuraram a constituição das escolas de aplicação na historiografia brasileira, contribuindo na construção da identidade institucional. Desse modo, as bases teóricas sobre as instituições educacionais sustentaram-se em Saviani (2007), Araújo (2008), Vidal (2008). A partir da necessidade de compreender a identidade institucional da Escola de Aplicação da Paraíba, institucionalizada pela Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935, percorremos uma investigação através do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, selecionando estudos com foco nessas instituições escolares. Verificou-se que as produções acadêmicas transitaram, em sua maioria, na nomenclatura de Colégio de Aplicação para relacioná-las como anexas às universidades públicas e privadas, nos anos de 1940 a 1950. No contexto paraibano, a Escola de Aplicação esteve vinculada inicialmente à Escola Normal, nos anos de 1930, servindo de campo de experimentação, ambiente de prática de professorandas.

Palavras-chave: Campo de Experimentação. Escola de Aplicação da Paraíba. Instituição Escolar.

Abstract: The general aim of this study was to investigate the paths that shaped schools of application in Brazilian historiography, contributing to the construction of institutional identity. To achieve this, the theoretical foundations regarding educational institutions were based on the works of Saviani (2007), Araújo (2008) and Vidal (2008). Based on the need to understand the institutional identity of the Escola de Aplicação da Paraíba (Paraíba Application School), institutionalized by Law No. 16 of December 13, 1935, we conducted an investigation through the website of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES, selecting studies which focus on these educational institutions. Our findings reveal that the academic works mainly used the term “Colégio de Aplicação” (Application High School) to associate them as annexes to public and private universities during the 1940s and 1950s. In the Paraíba context, the Escola de Aplicação (Application School) was initially linked with the Escola Normal (Normal School) in the 1930s, serving as a field of experimentation, a practical environment for teachers in training.

Keywords: Experimental Field. Paraíba Application School. Educational Institution.

-
- ¹ Doutora em Educação (pela UFPB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6488089479660102> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5297-1894> E-mail: thaypris@gmail.com
 - ² Doutor em Educação. Professor titular da Universidade Federal da Paraíba, lotado no Departamento de Metodologia da Educação no Centro de Educação (CE/UFPB). Pesquisador CNPq/Nível 1C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2036729143677618> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4768-8725> E-mail: charltonlara@yahoo.com.br

Introdução

As instituições escolares possuem finalidades definidas que percorrem as funções sociais estabelecidas para sua atuação como formadoras de sujeitos, sendo assim ambientes de práticas (sociais, culturais e pedagógicas) e de histórias de vida. Logo, as atribuições na dinâmica da sociedade, suas crenças, valores, princípios e cultura se inserem nas funções das escolas. Desse modo, as instituições escolares não se resumem a prédios, ao espaço físico, mas a sua funcionalidade se faz instituída pelas relações, interesses, conflitos e lutas. As transformações em torno da sociedade legitimam valores históricos, sociais e culturais que reincidentem na organização das instituições escolares. Logo, argumenta-se que as *instituições são necessariamente sociais*.

Conforme Saviani (2007), as instituições são feitas para permanecer. O seu processo de produção não se vincula a uma necessidade passageira, transitória. Contudo, por ser produto humano, também são transitórias, definidas pelo seu tempo histórico.

Assim, além de criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita à necessidade que a justificou, é desfeita. (Saviani, 2007, p. 4-5).

Para este estudo, indagamos sobre os aspectos da Escola de Aplicação da Paraíba, buscando os rumos no contexto brasileiro. Assim, elencamos como objetivo geral investigar os rumos que configuraram a constituição das escolas de aplicação na historiografia brasileira, contribuindo com as dimensões da construção da identidade institucional. Os objetivos específicos foram: compreender o processo de institucionalização das escolas normais no Brasil; identificar a criação dos Institutos de Educação e a formação de Escolas de Aplicação no Brasil.

Para metodologia da pesquisa considerou-se os livros e estudos sobre Escola Normal, Escola de Aplicação, Instituto de Educação que dialogaram diretamente com coletâneas sobre os assuntos citados, especialmente com abordagem do processo de institucionalização a nível nacional, a exemplo da obra *As Escolas Normais no Brasil: do império à república* (2008). Partimos também da catalogação de estudos, na busca de pesquisas através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (periódicos e catálogos de dissertações e teses), o repositório da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e os trabalhos desenvolvidos na linha de pesquisa de História da Educação que tratassem sobre as categorias apontadas acima.

Portanto, dialogamos sobre os aspectos em torno do processo de institucionalização das Escolas Normais e suas Escolas Anexas no Brasil, partindo também para configuração das Escolas de Aplicação sob a égide dos Institutos de Educação e, posteriormente, percorremos os estudos atuais sobre as Escolas de Aplicação no Brasil que se apresentam no âmbito das Universidades e Faculdades de Educação.

As Escolas Normais e suas escolas anexas: reflexões iniciais para a consolidação das Escolas de Aplicação

A historiografia da institucionalização das escolas normais no Brasil é foco da dedicação de estudo de vários pesquisadores. Aqui, apontaremos considerações, sobretudo, a partir da obra *As Escolas Normais no Brasil: do império à república* (2008), sendo resultado das pesquisas de 31 pesquisadores que contribuíram com a análise do processo de formação dos professores, especialmente a partir do surgimento das escolas normais, desde as províncias imperiais até os estados republicanos. Dado os resultados das pesquisas, perceberemos a presença de escolas anexas ou escolas modelos integradas às escolas normais como ambiente de prática, dedicadas à

demonstração das demandas didáticas, principalmente das abordagens metodológicas.

Assim, as escolas anexas apareceram de acordo com a consolidação da primeira Escola Normal do Brasil criada em 1835, na unidade federativa do Rio de Janeiro, cidade de Niterói. Villela (2008) aponta que a partir da direção de José Carlos de Alambardy Luz, nos anos 70 dos oitocentos, a Escola Normal passou por diversas mudanças sendo uma delas a “transformação das “anexas” em escolas “modelo” de prática sob a direção Pedagógica da Escola Normal” (Villela, 2008, p. 40).

Na província da Bahia, a realização da prática de métodos funcionava anexa à Escola Normal (1836)¹, indicando que os alunos ao final do curso “eram submetidos à verificação do aprendizado das lições teóricas e dos exercícios práticos na escola anexa” (Rocha, 2008, p. 52).

Na implantação da Escola Normal de Cuiabá (1842), os pesquisadores relataram que, em 1911, a Escola Normal, bem como a Escola Modelo Anexa funcionaram “num ambiente sem condições pedagógicas e higiênicas” (Sá; Sá, 2008, p. 65).

Em São Paulo, na Escola Normal (1846), inicialmente as escolas anexas eram ausentes, no entanto, havia preocupação em demonstrar os métodos. Posteriormente, na segunda fase (1875-1878), a escola se compusera, na 1ª cadeira com oferta de “exercícios práticos nas escolas da capital [...], ficando anexas duas escolas de instrução primária” (Dias, 2008, p. 83-84). Ainda considerando o estado de São Paulo, Saviani (2014) abordou que, para Caetano de Campos, diretor da Escola Normal, antes de reformar a Instrução Pública (1890), devia-se instalar escolas modelos de 2º e 3º graus:

Em consequência é criada a Escola-Modelo, anexa à Escola Normal de São Paulo, como um órgão de demonstração metodológica, composta por duas classes, uma feminina e outra masculina. Para reger a primeira, foi contratada Dona Guilhermina Loureiro de Andrade e, para a segunda, Miss Márcia Browne (Saviani, 2014, p. 23).

A reforma da instrução pública iniciou-se pela Escola Normal, mais especificamente pela criação da Escola-Modelo, considerada o coração da reforma. Destinada à prática de ensino dos alunos-mestres da Escola Normal, a Escola-Modelo funcionou como um campo de experimentação. Além de promover a formação técnica dos professores, atuou como centro de irradiação dos novos métodos de ensino – propriamente o método intuitivo ou lições das coisas – e ainda como referência de organização da escola primária (Souza, 2014, p. 105).

Em Piauí, o regulamento da Escola Normal (1864) determinava que os exercícios escolares fossem feitos em escola primária da capital, ficando esta anexada à normal, a “[...] grade curricular comportava ainda uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos a ser feita em uma das escolas primárias da Capital [...]” (Lopes, 2008, p. 111). No período republicano de 1911, destacou-se a Escola Modelo para prática de professoras normalistas.

Para a organização da Escola Normal do Paraná (1870), uma das primeiras sugestões foi a criação de escolas anexas, *sendo oficinas para os normalistas*. Conforme Miguel (2008, p. 151), “a justificativa para as escolas de aplicação, Ildefonso Correia, vice-presidente da Província, buscou na reforma da educação na França, de 1887. Dizia ele que tais escolas representaram assim o importante papel que lhes assinalou na França a lei última do ensino público [...]”.

No caso da Escola Normal de Rio Grande do Norte (1873), na sua segunda etapa, período republicano, a partir do decreto de 1910, “as atividades da Escola Normal de Natal deveriam ser sistematicamente articuladas com as atividades programáticas do Grupo Escolar “Augusto Severo” [...]” (Araújo; Aquino; Lima, 2008, p. 195).

¹ As datas que acompanham as escolas normais nas suas unidades federativas representam a data de criação, a partir de dispositivos legais ou por ato do poder legislativo ou executivo, não pontuando fechamentos ou reaberturas. Informações mais detalhadas encontram-se na coletânea citada.

Diferentemente das demais situações, a Escola Normal do Ceará (1878) surgiu com suas instalações em prédio próprio, construído nos anos de 1884 para essa finalidade “inclusive, com duas escolas anexas para a prática das professorandas, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino [...]” (Silva, 2008, p. 209).

Sobre a Escola Anexa do Ceará, pontuada por Olinda (2003):

Escola primária inaugurada em 1884, com a denominação de Escola Anexa. Fez parte da estrutura da Escola Normal até 1918, quando foi extinta pela lei que reformou o ensino normal. Reapareceu na Reforma de 19/22 com a denominação de Escola Modelo, permanecendo como escola de referência para o ensino primário cearense e campo de experimentação das normalistas até 1975. Naquele ano, uma lei estadual transformou-a em Escola de 1º e 2º graus Marechal Juarez Távora (Olinda, 2003, nota de rodapé, p. 157).

Assim, compreendeu que a Escola Anexa do Ceará não recebeu propriamente o nome de Escola de Aplicação, sugerida pela autora, mas possuía finalidade típica de sua posição, condicionando a experimentação à prática das alunas da Escola Normal, servindo de “laboratório de pedagogia”.

Em 1922, Lourenço Filho renovou o ensino com uma reforma educacional no Estado do Ceará, postulando a instituição como escola-modelo. Apesar de as mudanças metodológicas, desde os anos de 1920, com a adesão das lições de coisas e em 1930 com os centros de interesse de Decroly, a autora defende que a Escola de Aplicação do Ceará manteve um ensino tradicional com algumas modificações, pois, “mesmo quando os centros de interesse eram trabalhados, era a lógica disciplinar que orientava o ensino” (Olinda, 2003, p. 163).

A autora justifica que esse hiato entre o discurso e a prática pode ser decorrente de vários fatores, entre eles: a indisponibilidade de matérias na escola, condição para atender às inovações educacionais; a própria legislação que exigia um padrão uniforme aos professores que foram formados numa perspectiva tradicional; e o consumo de uma literatura fragmentada e superficial que dificultava operacionalizar os novos métodos. Desse modo, veremos que métodos ditos novos e modernos conviviam com os fragmentos dos métodos tradicionais.

A formação da Escola Normal da Paraíba (1883) sofreu diversas tentativas desde o ano de 1864, demarcada por percursos que se iniciam desde o surgimento de uma cadeira de pedagogia no Liceu, posteriormente com uma cadeira de ensino normal também relacionada ao Liceu, em 1874, até chegar a sua consolidação através da inauguração em 1885, criada a partir da lei 761 de 1883, que transformou o Liceu numa Escola Normal². Mesmo diante dos dispositivos legais e após a sua criação, a instituição ainda prosseguiu com as tentativas de implantação.

Em outro momento, 1885, o ensino normal passou por uma reorganização através da reforma do presidente da Província Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, em que se criou o Externato Normal voltado para o sexo feminino. Esta organização buscou seguir os rumos da instituição do Rio de Janeiro, ampliando para 3 anos de curso, incorporando as disciplinas e estruturando o tempo escolar na divisão do horários de aulas e intervalo, bem como o direcionamento de observações nas escolas anexas. Conforme Kulesza (2008, p. 273), “o regulamento do Externato Normal de 14 de janeiro de 1886, no artigo 14º, afirmava explicitamente que a escola anexa será mista”. A partir da reforma de instrução pública no ano de 1888, a Escola Normal foi regulamentada “trazendo como maior inovação o estabelecimento de escolas anexas, uma feminina e outra masculina” (Kulesza, 2008, p. 266).

Foi também neste período³ que a ex-aluna Amélia Garcez Alves Lima passou a ser titulada e dirigiu a escola anexa, sendo contratada pelo presidente da Província. Porém, anteriormente, em 1886, a primeira mulher a trabalhar no Externato Normal foi Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema, ministrando as aulas de Trabalho de Agulhas e Economia Doméstica para as normalistas,

² Ver Araújo (2010). Escola Normal na Paraíba do Norte: movimentos e constituição da formação de professores no século XIX (Tese de Doutorado).

³ Em 1888 havia 27 normalistas numa sala e 63 alunos na escola anexa, sendo 53 meninas e 10 meninos sob a regência da professora Amélia Garcez Alves Lima, ver Kulesza (2008).

sendo regente da instituição e assumindo responsabilidade com a escola anexa, já que funcionava no mesmo prédio. Contudo, em 1887, a professora citada havia solicitado licença por um ano para tratamento de saúde, segundo dados de Kulesza (2008), através da lei nº 839.

Uma vez que, a direção da Escola Normal era destinada ao Diretor Geral da Instrução, a instituição careceu de uma direção direta. Competiu-se à professora Maria Amélia Jurema a inspeção com o ensino, visto que, possuía o título de regente o que oportunizada certa superioridade com relação aos demais professores. Entretanto, Souza Bandeira, presidente da Província, se apressou em corrigir essa situação, entendendo que era irregular, pois os professores da escola anexa seriam subordinados aos professores normalistas. O presidente da Província também esclareceu que a escola anexa fornecia ensino com condições rudimentares e impróprias para servir de exemplo às normalistas, mesmo enfatizando que a professora possuía capacidade e prestava bons servidos, mas, sendo necessário destinar um diretor⁴.

A vinculação da escola anexa com a Escola Normal prossegue até suas instalações serem transferidas para um prédio projetado para o desenvolvimento das duas no ano de 1919, e permanecendo até a Reforma da Instrução de 1935, quando a partir de Lei nº 16 criou-se o Instituto de Educação da Paraíba - IEP em substituição à Escola Normal, que incorporou a Escola de Professores e no ensino primário a Escola de Aplicação sendo, esta última, campo de experimentação. Antes, funcionavam em prédios distintos, porém, próximos, não havendo organização em edificações próprias para o ensino, indicando que a escola anexa funcionava em espaço alugado. Mesmo com implantação do IEP em 1935, por força da lei, algumas fontes (a exemplo da *Revista do Ensino* 1932-1942) não tratam a Escola de Aplicação vinculada ao instituto, mas sim à Escola Normal, aparecendo essa relação apenas em 1939, quando é inaugurado o prédio do IEP.

No que concerne ao caso da Escola Normal do Rio de Janeiro (1880), criação anterior a da Paraíba, sabemos que a primeira iniciativa se organizou de modo particular, gratuita, no ano de 1874. Apenas em 1880, inaugurou-se a Escola Normal pública. A partir da modificação do regulamento em 1888, “preveem-se Escolas de Aplicação separadas para a prática do ensino, não podendo faltar à masculina, indicando predominância desse gênero na Escola Normal” (Accácio, 2008, p. 218). Foi também neste período, através dessas modificações, que os professores da Escola de Aplicação teriam os salários equiparados ao do professor das cadeiras da Escola Normal. Portanto, a partir do que foi formalizado no Rio de Janeiro, podemos apontar para o primeiro indício do uso da nomenclatura Escola de Aplicação, considerando seu aparecimento ainda num contexto imperial vinculado à Escola Normal da Corte.

Em 1890 e 1891, apesar de várias mudanças alterarem a estrutura do curso da Escola Normal do Rio de Janeiro, mesmo perdendo a cadeira de Pedagogia, a Escola de Aplicação seguiu ativa, prosseguindo com a finalidade de garantir a prática aos/as alunos/as em processo de formação. Como ressalta Accácio (2008):

A Escola Normal reassume, em maio de 1890, o caráter positivista, introduzindo a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de Comte. O curso volta a ser noturno, cresce para cinco anos e a cadeira de Pedagogia desaparece, mas continua a Escola de Aplicação diurna, no edifício da Escola Normal, onde alunos e alunas praticam, sem embasamento teórico. A desconsideração de uma teoria da educação, desse modo, não se reflete em desvalorização da prática, em razão da consonância da estrutura da Escola Normal à filosofia positivista (Accácio, 2008, p. 218).

A Constituição republicana de 1891 atribuiu competências quanto à instrução [...]. Atrela-se, assim, o ensino normal ao ensino primário regional na capital federal [...]. [...] o Conselho Municipal interfere na estrutura da Escola Normal, que permanece mista, com idade de ingresso mínima de 15 anos e mantendo a exigência do exame de admissão para os que não possuem o certificado de estudos primários de

4 Para mais informações, ver Kulesza (2008).

2º grau. O curso, porém, se volta a ser diurno, com currículo positivista somado às humanidades, desenvolvido em três séries (PROGRAMAS, 1894). Continua a não constar nenhuma cadeira pedagógica, mas a prática permanece valorizada na Escola de Aplicação, dirigida por professor e professora com o mesmo salário dos Professores de Ciências e Letras. Assim, a formação profissional mantém a cópia da prática, sem estudos específicos de educação que a embasem (Accácio, 2008, p. 219).

Desse modo, a ausência da cadeira de Pedagogia não interferiu na Escola de Aplicação como ambiente modelar para observação e experimentação da prática do ensino primário. O retorno da cadeira de Pedagogia se deu em 1897, quando também se exigiu fazer estágio de 6 meses em escolas primárias.

A reforma Afrânio Peixoto, em 1916, reestruturou novamente a Escola Normal e direcionou novos rumos à Escola de Aplicação. Esta deixou de ser uma escola primária autônoma para:

[...] torna-se um instituto primário destinado aos alunos da Escola Normal, subordinado diretamente ao Diretor da Escola Normal e, finalmente, em 1915, é anexada à Escola Normal, embora situada em outro prédio escolar [...] (Accácio, 2008, p. 220).

Assim, entre os anos de 1928 a 1930, por meio da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal vinculada a Fernando de Azevedo, predominou-se o projeto para a construção de um novo prédio para a Escola Normal do Rio de Janeiro. A intenção do projeto, além de outros fatores, se voltou para a garantia de uma melhor estrutura, unindo no mesmo ambiente o curso normal e seus anexos, compreendendo o Curso Complementar, a Escola de Aplicação e o Jardim da Infância (Accácio, 2008). Dois anos depois, através do Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, sendo Anísio Teixeira o novo Diretor, transformou a Escola Normal e seus anexos em Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Para requisito de compreensão das distintas nomenclaturas recebidas, as escolas anexas, escolas de aplicação ou escola/grupo modelo, passaram apenas por modificação do termo, porém, possuíam a mesma finalidade atendendo o campo de experimentação e prática de jovens normalistas.

Quadro 1. Nomenclaturas recebidas pelos Campos de experimentação, demonstração e prática

Campo de Formação	Campo de experimentação, demonstração e prática	Períodos
Escola Normal	Escola Anexa ou Escola de Aplicação	Décadas finais de 1800
Instituto de Educação	Escola de Aplicação ou Escola/ Grupo Modelo	Décadas de 1920-1930
Faculdade	Colégio de Aplicação	Décadas de 1940-1950

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores a partir das informações coletadas.

É possível observar que, o contexto das escolas normais e suas escolas anexas contribuíram para compreensão que envolve a finalidade atribuída às escolas de aplicação, apontando para o

uso do termo, já nesse período, em alguns casos. Em outras situações, veremos o surgimento da nomenclatura vinculada aos Institutos de Educação, porém, tal função destinada às escolas de aplicação expressou herança conduzida desde os princípios dos cursos de formação de professores/as no Brasil.

Os Institutos de Educação e a formação de Escolas de Aplicação

Conforme Marilda Iwaya (2000), já havia rumores sobre a criação do Instituto de Educação do Paraná, desde 1870, quando as autoridades começam a se preocupar com um colégio feminino. No período posterior, 1940-1950, este foi ocupado por uma diretora mulher.

[...] criado em 1876, atinge maturidade nas décadas de 1940 e 1950, época em que se consolida como a principal escola de formação de professores do Estado e seu discurso e prática pedagógica refletem importantes ideias educacionais da época. [...] Nesse período que o cargo de direção será ocupado pela primeira vez por uma mulher, a professora Eny Caldeira (Iwaya, 2000, p. 4).

No entanto, por mais que a autora estabeleça a relação com a data inicial destacada com a nomenclatura do Instituto de Educação, ela pontua a criação de uma Escola Normal. Todavia, neste momento havia mais preocupação com o ensino secundário do que com a formação de professores, pela omissão do ensino de Pedagogia no curso. Pelo que se apontou, a lei nº 456 criou a Escola Normal e o Instituto: “em 12 de abril do mesmo ano, pela lei número 456, é criada a Escola Normal e o Instituto Paranaense (antigo Liceu, e posteriormente Ginásio Paranaense)” (Iwaya, 2000, p. 6). Os cursos eram ofertados no mesmo espaço. Com o Regulamento orgânico da Instrução Pública, de 1876, a Instrução Normal dividiu-se em dois anos e compôs o mesmo corpo docente do Curso Normal, além de anexar ao instituto uma escola primária para a prática dos normalistas.

Art. 15 – A Instrução Normal será dada no Instituto Paranaense e o seu curso se dividirá em dois anos:

1º ano – gramática nacional, pedagogia, metodologia, instrução moral e religiosa.

2º ano – aritmética, geometria, geografia, história do Brasil e direito público.

Art. 16 – Os professores do Instituto serão os mesmos do Curso Normal.

[...]

Art. 18 – Ao Instituto Paranaense será anexada uma escola primária, onde possam exercitar-se no ensino prático os alunos da Escola Normal (Iwaya, 2000, p. 7).

Somente em 1917, como uma nova reforma do Curso Normal, os cursos tiveram as aulas separadas e com normas próprias, contudo, ainda situados no mesmo prédio e com o mesmo corpo docente. Seguindo a direção nacional, a escola Normal possuía um grupo anexo. Em 1922, o Instituto passa a ser instalado em novo prédio, nomeado de Palácio da Instrução, e a Escola Normal também assume instalações próprias. Logo, o Instituto de Educação ofereceu cursos de pré-escolar, primário, ginásial, administração escolar e mais tarde os cursos adicionais, tornando-se sinônimo de escola de magistério (Iwaya, 2000).

O Instituto de Educação de Porto Alegre seguiu a regra, originando-se da Escola Normal ainda do Império⁵. Posteriormente, consolidou-se sendo uma instituição feminina. Contudo, atendeu a mulheres da classe média da sociedade gaúcha⁶ (Louro, 1986).

⁵ Chamada de Escola Normal da Província de São Pedro, fundada em 05 de abril de 1869, originando assim o Instituto de Educação em Porto Alegre (Louro, 1986).

⁶ Guacira Lopes Louro (1986) afirma, em sua tese, que essa condição apareceu ao menos no período pesquisado

Primeira escola normal do estado e por muitos anos a única, o I.E. teve o caráter de escola padrão, sendo o ensino ali ministrado e o perfil profissional proposto a base de orientação para os demais cursos normais do Rio Grande do Sul. Sua influência, portanto, era assim alargada, uma vez que servia de modelo a outras instituições regionais (Louro, 1986, p. 28).

A autora sinaliza que, durante sua longa trajetória, a instituição conjugou com as mudanças políticas do Rio Grande e do País, bem como acompanhou as “novas ideias e processos pedagógicos que surgiam”. Desempenhou um “papel pioneiro e difusor das tendências e teorias educacionais experimentadas no centro do país e no exterior” (Louro, 1986, p. 28-39), formando desse modo às lideranças femininas.

No contexto do Rio de Janeiro, após assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública, nos anos de 1930, Anísio Teixeira transformou a Escola Normal em Escolas de Professores, incorporando o Instituto de Educação⁷ que também abarcava uma Escola Primária, uma Escola Secundária e um Jardim de Infância.

As Escolas Secundárias e Primárias e Jardim da Infância, mantendo, cada qual, sua organização autônoma e direção privativa, eram apontadas como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino aos cursos da Escola de Professores (Decreto 3810)⁸. Suas atividades giravam em torno das necessidades da formação para o magistério. Ao diretor da Escola de Professores, competia a superintendência administrativa do conjunto, inclusive sendo responsável pela indicação dos demais diretores, que serviam em comissão (Vidal, 2008, p. 236).

A Escola Primária ficava distribuída no térreo do prédio. O Jardim da Infância funcionava em um pavilhão isolado e as demais escolas ocupavam o segundo e terceiro andar.

As aulas podiam ser matutinas ou vespertinas, sempre no térreo, dependendo do número de crianças matriculadas. Em 1933, para melhor cumprir os objetivos da reforma educacional realizada por Anísio Teixeira, foram reduzidas as turmas de primário, passando a funcionar a Escola apenas de manhã. Realizaram-se os ajustes necessários à nova função laboratorial do ensino. A Primária tornava-se o campo de observação e pesquisa das alunas da Escola de Professores. Servia como local de investigação pedagógica às professorandas e de aprimoramento de sua prática docente. As professoras da Primária, assim, deveriam estabelecer seu planejamento em acordo com as necessidades da Escola de Professores sendo fiscalizadas no cotidiano das aulas pelo ingresso constante de professorandas observadoras. Seus métodos e sua conduta eram discutidos por alunas e mestres da Escola de Professores. A vigilância se fazia constante (Vidal, 2008, p. 244).

As professorandas realizavam observações e inquéritos sobre as disciplinas que cursavam, como Ciências Naturais, Literatura Infantil e Cálculo. Em grupos de três a quatro, sentavam-se em diferentes pontos da sala e anotavam o desenvolvimento da aula acompanhadas da professora responsável pelo ensino

(1930-1970).

7 Posteriormente, a Escola de Professores do Instituto de Educação vinculou-se à Universidade do Distrito Federal.

8 Decreto 3.819, de 19 de março de 1932.

de Prática de Ensino da matéria que tinha ido observar. [...] Após uma hora de observações, saíam da sala e reuniam-se para debater a aula. As alunas expunham suas anotações, a professora ressaltava os pontos positivos e negativos da aula, o que tinha sido bem desenvolvido, o que precisava de retoques, de aprimoramento (Vidal, 2008, p. 246).

Por mais que houvesse um ambiente para o desenvolvimento do ensino primário e que este fosse destinado como *campo de experimentação, demonstração e prática* para as professorandas da Escola de Professores, não foi possível encontrar, neste momento, a terminologia Escola de Aplicação destinada ao Primário.

Diante de um quadro docente com altos pedidos de transferências e licenças, a Escola Primária passava por dificuldades para funcionar. Assim, devido à ausência de professoras na Escola Primária, em certos momentos, as professorandas também ocuparam espaços atuando já à frente da função docente, mesmo que ainda em processo de formação, sendo inclusive remuneradas por isso.

Tentando sanar as dificuldades iniciais da implantação da Reforma, professorandas da Escola de Professores foram encaminhadas para trabalhar junto ao primário. As alunas que mais se destacavam nas disciplinas de Prática de Ensino eram convidadas a atuar no próprio Instituto, geralmente no quarto e quinto anos, que a Reforma Anísio tinha transformado em “intermediário”, com formação em “regime de especialização”. Nestes, diferentes professoras ministravam as matérias de Linguagem, Cálculo, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Trabalhos Manuais e Desenho (Vidal, 2008, p. 244).

A Escola Primária também recebia professorandas de outros lugares tendo em vista que a organização do Instituto do Rio de Janeiro instituiu-se como estabelecimento modelar para todo país. Logo, em 1933, recebeu “observadoras, professoras de outros Estados (Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro – Campo e Niterói), participantes dos Cursos de Aperfeiçoamento, oferecidos pelo Instituto” (Vidal, 2008, p. 246).

Assim, por mais que não assumisse outra vez a nomenclatura de Escola Aplicação no Rio de Janeiro, a escola destinada ao atendimento do ensino primário, nomeada somente de Escola Primária, prosseguiu no Instituto de Educação com o objetivo de ser ambiente de prática, campo de experimentação para as alunas em formação.

Perscrutando os estudos atuais sobre as Escolas de Aplicação no Brasil

Os primeiros vestígios que trataram sobre o aparecimento do termo Escola de Aplicação na Paraíba relacionam-se com a Lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935. Esta instituição se voltou a atender à demanda do ensino primário, sendo vinculada, especialmente, à Escola de Professores do Instituto de Educação da Paraíba, ambiente de formação das professoras primárias⁹. Assim, a palavra “aplicação” atendia ao objetivo de constituir o ambiente de prática, de demonstração, e servindo de experiência para aquelas que estavam em processo de formação.

Em período histórico anterior, as escolas normais surgiram com a finalidade de preparação para o magistério da instrução primária. No Brasil, a partir do processo de institucionalização das escolas normais, ainda no século XIX, aparecem as escolas anexas e/ou escolas modelos, integradas ao processo de formação do professorado, servindo de espaço para a prática da profissionalização, reforçando os conhecimentos teóricos adquiridos nas escolas normais.

A responsabilidade das aulas práticas nas escolas anexas ou modelos ficava sob a orientação dos professores de Pedagogia ou Prática de Ensino. Através do processo de institucionalização das

⁹ Entendendo que, neste momento, as Escolas de Professores se voltam quase que exclusivamente à frequência feminina.

escolas normais no Brasil, consideramos que se faz necessário salientarmos alguns pontos que podem colaborar para chegarmos à compreensão acerca das Escolas de Aplicação.

Do mesmo modo, em período histórico posterior, a começar nos anos de 1930, teremos a institucionalização dos Institutos de Educação no Brasil, os quais vinculados ao projeto escolanovista e conjugados com a preocupação da prática dos alunos e das alunas em formação, versavam em escolas destinadas à demonstração da prática, por vezes aparecendo o termo Escola de Aplicação.

Em outro momento, a partir de 1946, as escolas/colégios de aplicação estiveram densamente vinculadas ao contexto de formação de docentes, desenvolvido por instituições de ensino superior, condição distinta do cenário paraibano. A partir do decreto nº 9053 de 12/03/1946, criou-se um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País, que, diante do exposto no art. 1º, estabeleceu que as *Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática.*

Nos anos 40, o ideário renovador povoava as discussões educacionais enredando-se na prática pedagógica de algumas escolas e no discurso dos educadores, introduzidos no Brasil a partir do processo de redemocratização que marcou a sucessão do até então ditador Getúlio Vargas. As ideias escolanovistas ganham espaço privilegiado no processo de constituição dos Colégios de Aplicação (CAs). Apesar de ser uma ideia sem muita aceitação pelas iniciativas oficiais, o surgimento de um colégio de demonstração dessas ideias, nasce no interior das Faculdades de Filosofia tendo em vista a necessidade desta, no que se refere às aulas de prática de ensino ali ministradas, aos futuros professores do ensino secundário. Instituições de caráter semelhante já funcionavam na Alemanha e Estados Unidos (Silva, 2014, p. 8).

Contudo, conforme Frangella (2000) e Correia (2017), antes mesmo da aprovação do decreto pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), algumas decisões acerca dos colégios de aplicação já estavam em debate¹⁰.

Foi neste contexto político que os Colégios de Aplicação (CAP) foram criados, pouco antes da posse de Dutra, em 1944, quando Lourenço Filho, como diretor do INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, solicita a Álvaro Neiva os primeiros estudos para a implantação dos Colégios de Demonstração vinculados à Faculdade de Filosofia, inspirados pelos escolanovistas, o que mostra que os estudos para a inserção destes colégios já se faziam presentes na transição da ditadura para a democracia (Correia, 2017, p. 117).

Assim, os colégios de aplicação foram instalados em universidades públicas e privadas, por vezes mantidas até os dias atuais, como por exemplo: Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp-UFPE); Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAp-UFRN); Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS); Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ); Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CAp-UERJ); Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA); Antigo Colégio de Aplicação: Colégio Teresiano da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), entre outros.

¹⁰ Um exemplo é o Colégio de Aplicação da Bahia que “[...] foi fundado pela congregação da Faculdade de Filosofia em 13 de junho de 1944, antes mesmo do Decreto-Lei nº 9.053. Todavia, somente iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1949 [...]” (Waiandt, Silva, s/d, p. 590).

Figura 1. Quadro com escolas de aplicação vinculadas às Universidades Federais e Estaduais

ESCOLA	DATA	OFERTA	ENDEREÇO	UNIV
Colégio de Aplicação	1948	fundamental e médio	www.cap.ufrj.br	UF RJ
Centro pedagógico da escola de Educação Básica e Profissional	1954	Fundamental, médio e profissionalizante	www.cp.ufmg.br	UFMG
Colégio de Aplicação	1954	fundamental e médio	www.cap.ufrgs.br	UF RG S
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira	1957	Fundamental e médio	www.cap.uerj.br	UF RJ
Colégio de Aplicação	1958	Fundamental e médio	www.ufpe.br/cap	UFPE
Colégio de Aplicação	1959	fundamental	www.ufs.br	UF S
Escola de Aplicação da Faculdade de Educação	1959	Fundamental e médio	www.ea.fe.usp.br	UF S

Colégio de Aplicação	1960	Fundamental, médio e profissionalizante	www.uel.br	UF EL
Colégio de Aplicação	1961	fundamental e médio	www.ca.ufsc.br	UF S C
Escola de Aplicação	1963	Infantil, fundamental, médio e EJA	www.escoladeaplicacao.ufpa.br	UFPA
Colégio de Aplicação	1965	médio	www.columi.ufv.br	UFV
Colégio de Aplicação João XXIII	1965	Fundamental, médio e EJA	www.ufjf.br/joaocxxiii	UFJ F
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicados à Educação	1966	fundamental e médio	www.cepa.ufg.br	UF G
Colégio de Aplicação	1968	Fundamental, médio e profissionalizante	www.colun.ufma.br	UFMA
Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand	1969	Fundamental e médio	www.uefs.br	UFES
Colégio de Aplicação Pedagógica	1974	fundamental	www.uem.br	UFEM
Escola de Educação Básica	1977	Infantil, fundamental e EJA	www.esaba.ufu.br	UFU
Núcleo de educação Infantil	1979	infantil	www.nci.ufrn.br	UF RN
Colégio de Aplicação	1982	Fundamental e médio	www.ufac.br	UFAC
Centro de Educação Infantil Criarte	1982	infantil	www.portal.ufes.br/creche	UFES

Fonte: Cavalcanti (2011).

Desse modo, diante dos apontamentos através da construção histórica, a criação e funcionamento das escolas de aplicação, desde sua gênese, e nos casos aqui situados, estiveram integrados à formação de professores, sendo um campo de experimentação para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e atuação profissional.

Os caminhos que percorremos para seleção de pesquisas que abordam este assunto partiram da catalogação de estudos, na busca de pesquisas através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (periódicos e catálogos de dissertações e teses), o repositório da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e trabalhos desenvolvidos da linha de pesquisa de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. Apesar disso, são muitos trabalhos que norteiam questões atuais sobre as escolas/colégios de aplicação ainda ativos e vinculados ao ensino superior¹¹, além da ausência de estudos que direcionem a relação das escolas de aplicação com as escolas normais ou outras.

11 O trabalho de Silva (2014), intitulado O estado do conhecimento sobre os colégios de aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação, expõe dois quadros com as pesquisas em forma de dissertações e teses que tratam sobre a temática, partindo do repositório da CAPES, constando 19 dissertações de mestrado e 9 teses de doutorado.

Quadro 2. Produções acadêmicas sobre escolas/colégios de aplicação a partir da perspectiva de análise histórica no catálogo da CAPES¹²

Catálogo de Dissertações e teses da CAPES
GORDO, Nivia. História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar. 01/10/2010. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP.
Junior, Ademir Soares Luciano. Cultura Escolar e Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973). 01/02/2010. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UDESC.
SAÇÇO, Thays Alessandra. Colégio de aplicação João XXIII e Faculdade de Educação/UFJF: um estudo de caso das relações estabelecidas. 01/08/2009. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFJF.
ZAIA, Iomar Barbosa. A história educacional em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da escola de aplicação (1958-1985). 01/11/2003. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP
FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Experiência e o currículo da formação de professores: um estudo histórico do Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. 01/02/2002. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: UERJ.
SENA, GUIOMAR OSORIO DE. O colégio de aplicação no contexto das universidades brasileiras. 01/08/1987. Mestrado em Administração. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: undefined

Fonte: Informações coletadas no Catálogo de dissertações e teses da CAPES.

Quadro 3. Pesquisas acadêmicas sobre escolas/colégios de aplicação em periódicos e anais a partir da perspectiva de análise histórica

Periódicos/Anais diversos
CORREIA, Evelline Soares Correia. Colégios de aplicação pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. Rev.Eletrônica Pesquiseduca, ISSN: 2177-1626, v. 09, n. 17, p. 116-129. jan.-abr.2017
SILVA, Rosiane Machado. O estado do conhecimento sobre os colégios de aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
SANTOS, Adriana Regina; SILVA, Fábio Luiz da; OLIVEIRA, Marta Regina. Revedo a história do Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina: passado, presente e futuro. Interfaces Científicas. Educação. Aracaju – V.4, N.1, p.47-56. Out. 2015.

¹² A compreensão para perspectiva histórica aqui compreendeu análise do título e sumário, mesmo possuindo trabalhos que não dialogavam com a linha de pesquisa da história e/ou programas de pós-graduação da educação.

FRANGELLA, Rita de Cassia. **Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil.**

Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.

WAIANDT, Claudiani; SILVA, Manuela Ramos da. **Legados da educação no Brasil: um estudo histórico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia.**

Investigação Qualitativa em Educação / Volume 2

Fonte: Informações coletadas em periódicos/anais com temas na área da Educação.

Considerando as pesquisas estabelecidas no quadro, situamos que estas abordam escolas/colégios de aplicação vinculados a Faculdades do Ensino Superior, não sendo possível localizar questões em torno das escolas de aplicação, vinculadas a Institutos de Educação ou outros, atendendo a estudos com recorte histórico em 1950, 1960, 1970 e 1980.

Conclusão

Diferente do contexto paraibano, em que o termo designado Escola de Aplicação emergiu a partir da institucionalização do Instituto de Educação da Paraíba em 1935, no Rio de Janeiro, em 1836, a terminologia surgiu a partir da vinculação com a Escola Normal ainda Imperial permanecendo até o início da Segunda República, cumprindo a sua função, embora houvesse as decorrências das reformas educacionais. Anteriormente, a Escola Normal da Paraíba possuía uma escola anexa que seguia a mesma função com a prática docente.

A partir das investigações, situamos que as pesquisas nacionais com foco em escolas de aplicação a partir da perspectiva de análise histórica, conferindo contribuição aos estudos que se voltam à História da Educação, são limitadas ao período de funcionamento dessas atreladas às Faculdades, sendo escassos os estudos sobre escolas de aplicação vinculadas a Escolas Normais ou Institutos de Educação.

Portanto, a nomenclatura e a função que foi estabelecida às escolas de aplicação vinculam-se à estrutura de Escolas Normais, aos Institutos de Educação e, posteriormente, às Faculdades com o Ensino Superior, sendo instituídas como escolas modelos e ambiente da prática docente.

Referências

ACCÁCCIO, Liéte Oliveira. A Escola Normal QUE VIROU Instituto de Educação: a história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.217-232).

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ARAÚJO, Marta Maria de. AQUINO, Luciene Chaves de. LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a Escola Normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (191-202).

CORREIA, Evelline. Colégios de Aplicação Pedagógica: sua história e seu papel no contexto

educacional brasileiro. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, ISSN: 2177-1626, v. 09, n. 17, p. 116-129. jan.-abr.2017. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/619>
Acesso em: 22 de março de 2022.

DIAS, Márcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.75-90).

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Colégio de aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no colégio de aplicação da Universidade do Brasil. In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Anais... Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. (p.1-13).

IWAYA, Marilda. **Palácio da Instrução**: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940 – 1960). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, PR: 2000.

KULESZA, Wojciech. Formação histórica da Escola Normal da Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.263-278).

KULESZA, WojciechAndrzej. Ensaio da Escola Nova na Paraíba (1930-1942). In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2., 2002, Natal. Anais eletrônicos. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe
Acesso em: 22 de Agosto de 2015.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Um viveiro muito especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.107-122).

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.145-162).

OLINDA, Ercília Maria Braga de. Formação Integral do Educando nos Discursos das Professoras da Escola Modelo. In: **XVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste**, 2003, Maceió. XVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, 2003.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. Formação Integral do Educando nos Discursos e nas Práticas Pedagógicas Renovadoras: A Experiência da Escola de Aplicação (1884-1940). In: **II Encontro De História Da Educação Cearense**, 2003. II Encontro De História Da Educação Cearense, 2003.

OLINDA, Hercília Maria Braga de. **Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas**: uma história da Educação Feminina no Rio Grande do Sul. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1986. (Tese de Doutorado).

ROCHA, Lúcia Maria da Franca. A Escola Normal na Província da Bahia. ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.47-60).

SÁ, Nicanor Palhares. SÁ, Elizabeth Figueiredo. Escola Normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.61-74).

SAVIANI, Dermeval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta grossa, PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Almeida, Jane; SOUSA, Rosa de Fátima; VALDEMARIM, Vera Tereza. **O legado educacional do século XX no Brasil**. – 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SILVA, Rosiane Machado da. O estado do conhecimento sobre os colégios de aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. A constituição da Escola Normal do Ceará em Documentos Oficiais e no discurso jornalístico. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.203-2016).

SOUZA, Rosa de Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. – 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Lá vem o Bonde das Normalistas... uma incursão pelo cotidiano escolar do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.233-262).

VILLELLA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.29-46).

Recebido em 28 de novembro de 2023
Aceito em 29 de janeiro de 2024